



## **“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”**

**Eixo temático:** Movimentos Sociais e Serviço Social

**Sub-eixo:** Movimentos Sociais e lutas de classes - contexto nacional e internacional

### **A LUTA NÃO PARA: RELATOS DE MILITANTES DO MST SOBRE A LUTA PELA TERRA E A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL.**

RAQUEL SANTOS SANT'ANA <sup>1</sup>  
VICTÓRIA DE MENEZES CASSIANO <sup>2</sup>  
LEILE SILVIA CANDIDO TEIXEIRA <sup>3</sup>

#### **RESUMO**

Este artigo tem como tema a luta pela terra no Brasil e a presença dos movimentos sociais rurais, em especial o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Utilizando-se da história oral, apresentamos os dados de duas pesquisas realizadas junto às lideranças do movimento na qual eles relatam trajetórias de luta, refletem sobre a terra como espaço de luta, resistência e conquista, onde constroem suas vidas, produzem alimentos em sintonia com a natureza. Ao final discutimos a importância da apreensão da questão agrária e da aproximação com os movimentos sociais rurais por parte dos profissionais de serviço social.

**Palavras chaves:** questão agrária, movimentos sociais, movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), história oral, serviço social.

---

1 Professor com formação em Serviço Social. Faculdade De Ciências Humanas E Sociais De Franca-campus Da Unesp

2 Estudante de Graduação. Faculdade De Ciências Humanas E Sociais De Franca-campus Da Unesp

3 Professor com formação em Serviço Social. Escola De Serviço Social Da Ufrj

## RESUMEN

Este artículo, tiene como tema la lucha por la tierra en Brasil y la relevancia de los movimientos sociales rurales, destacando, el determinante papel que ha protagonizado el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST). A través de la historia oral, se presentan datos de dos encuestas realizadas a los líderes de dicha organización, donde dan cuenta de sus trayectorias, de la tierra como espacio de lucha, resistencia y conquista, donde en conjunto, construyen sus vidas y producen alimentos en armonía con la naturaleza. Como cierre, se discute la importancia de la aprehensión de la cuestión agraria y el abordaje de los movimientos sociales rurales, por parte del colectivo de profesionales del campo del Servicio Social.

**Palabras claves:** cuestión agraria, movimientos sociales, Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST), historial oral, servicio social.

### 1- INTRODUÇÃO

Este artigo tem como tema a luta pela terra no Brasil e sua relação com os movimentos sociais rurais, em especial com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O intuito é contribuir com o serviço social ao trazer para o foco de análise as vozes de duas lideranças do maior movimento social brasileiro e, que ocupa um lugar fundamental na luta pela terra, tanto no Brasil, quanto no mundo, que defende a reforma agrária popular, o projeto popular para a nação e a transformação social a partir da luta pela terra no Brasil. Com isto, procuramos inicialmente caracterizar estes sujeitos e depois apresentar, mesmo que brevemente, a percepção que os entrevistados têm sobre a terra e o assentamento como espaço de luta e conquista.

Conhecer o universo da luta pela terra e identificar a trajetória de dos líderes de um movimento social é importante para o/a profissional de serviço social, pois ele/a irá entrar em contato com a questão agrária como uma dimensão importante da questão social no Brasil. Esta apreensão é fundamental para qualificar o trabalho profissional na medida que os rebatimentos desse modelo de produção agrícola incidem de maneira direta para que as refrações da questão social se tornem cada dia mais perversas e reforcem a desigualdade social e o adoecimento populacional, seja de quem trabalha diretamente com a produção de alimentos, seja de quem se alimenta a partir de alimentos produzidos a base de agrotóxicos e adubos químicos. Além de que a questão agrária é uma das chaves importantes para aprendermos um dos fenômenos mais cruéis da atualidade que é a fome em massa, que no ano de 2022 incide diariamente na vida da maioria da população brasileira e atinge de forma mais grave, absoluta, 33 milhões de brasileiros e brasileiras (REDE PENsan, 2022).

A reforma agrária é uma política pública que, segundo a Constituição Brasileira de 1988, deveria ser realizada de forma massiva, pois toda terra tem que cumprir a função social<sup>4</sup>. No Brasil a concentração fundiária é um dos mais graves problemas nacionais e as grandes propriedades, via de regra, não cumprem o que está estabelecido na lei. A reforma agrária ao trazer as pessoas novamente para a terra proporciona as condições para esses/as trabalhadores/as recuperarem uma perspectiva camponesa, com acesso à terra, moradia e dignidade!

Além da pauta da reforma agrária e da luta pela terra, os movimentos sociais e sua pedagogia de trabalho podem ser grandes aliados dos profissionais de serviço social para ações conjuntas e trabalhos educativos junto às populações.

Este trabalho é resultado de duas pesquisas: uma que foi feita para realizar um documentário com um líder estadual do MST e outra que, aproveitando os dados já gravados para o documentário, amplia este material realizando entrevista com outra liderança do movimento, desta vez uma mulher integrante da direção nacional do MST. A primeira pesquisa foi um trabalho realizado por um grande coletivo envolvendo dois grupos de extensão e duas universidades públicas e, a outra foi mais restrita envolvendo apenas uma das universidades, uma pesquisadora e uma bolsista de iniciação científica do projeto anterior. Os períodos de realização das gravações do documentário foram os anos de 2018/19 e, a outra entrevista foi realizada em 2022, já na modalidade virtual. Neste artigo, selecionamos apenas alguns trechos do material disponível, pois os dados são muito amplos e envolvem detalhes das trajetórias dessas lideranças, da vida como assentado/a e de sua militância como membros de um movimento da amplitude do MST.

O primeiro movimento de coleta de dados no qual se ancora as reflexões desse artigo foi feito, como já dito, para um documentário. A metodologia utilizada nesse momento foi a gravação de entrevistas utilizando técnicas de história oral. A história oral, na perspectiva em que trabalhamos, tem como pressuposto eleger sujeitos, lideranças, que possuam relevância no tema destacado para pesquisa e que em função disso detenham saber e experiências necessárias e suficientes para ilustrar o tema investigado. Tem como

---

**4Art. 186.** A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I - aproveitamento racional e adequado;

II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. (CF.1988)

característica também registrar a trajetória, história e memória de pessoas que não o alcançariam de outra forma, dado, especialmente, seu caráter popular, de forma que a história oral é uma metodologia utilizada especialmente para registrar a história da classe trabalhadora e do campesinato que não seria feita de outra forma.

Para essa pesquisa, cujo primeiro resultado foi um documentário, foram gravadas 13 horas de entrevista, editadas com um roteiro próprio para o documentário, além de um conjunto de imagens que objetivavam contar a história dessa liderança, mas também, da luta pela terra e pela democracia no Brasil. A outra pesquisa foi uma entrevista com a liderança nacional realizada em 2022, durou 3 horas e a análise compôs o relatório de pesquisa de uma das pesquisadoras.

Para entender a persistência e a permanência da questão agrária brasileira iniciamos o texto com breves aportes sobre esta temática, depois seguimos apresentando o MST, sua trajetória e bandeiras de luta, e, por fim, selecionamos alguns trechos das entrevistas onde os autores falam sobre a terra como espaço de luta, resistência e conquista, onde eles hoje constroem suas vidas; destacam a produção de alimentos, a sintonia com a natureza e a vida coletiva como alternativa para seguir no lote. Ao final tecemos algumas considerações sobre a relação entre esta temática e o serviço social.

## **2- QUESTÃO AGRÁRIA: breves apontamentos**

O Brasil possui particularidades na sua realidade agrária. Segundo Caio Prado Júnior (1972), durante o período colonial a coroa portuguesa tinha um único objetivo, a exportação de produtos primários de alto valor para o mercado externo, tendo como base a produção em larga escala. A organização econômica nesse período, segundo o autor, organizava-se por meio de uma estrutura pautada no latifúndio, na monocultura e no trabalho escravizado. Para Stédile (2011, p. 20-21), a partir disso nasceu o modelo agroexportador, quando a colônia exportava 80% de sua produção utilizando do método de produção agrícola "*plantation*": a monocultura com força de trabalho escravizada.

A histórica concentração de terras é um fator determinante para a consolidação das estruturas agrárias atuais. Segundo Stédile (2011, p. 23), em 1850, a 1ª Lei de Terras implantou a propriedade privada, permitindo consolidar a estrutura latifundiária no país, pois, quando a abolição, formal, do regime escravocrata ocorreu em 1888, foi possível excluir a população negra do acesso à terra. Isto provocou lutas, revoltas sociais, mas efetivamente inviabilizou a regularização dos quilombos e a posse de pequenas propriedades pelos trabalhadores.

Nos diferentes períodos históricos de formação e consolidação do Estado e da Nação brasileiros, os regimes políticos e o sistema econômico foram sofrendo diversas modificações, porém mantendo intocada a questão da propriedade da terra. Desde o latifúndio improdutivo até o discurso da modernidade do agronegócio brasileiro, o índice de Gini nunca foi menor que 0,8, ou seja, quase concentração absoluta.

Ao analisar o Brasil nos dias de hoje, é possível visualizar que as estruturas que constroem e consolidam os profundos fossos sociais se mantêm: o racismo, a monocultura e o latifúndio. A exportação de produtos primários, chamados agora de *commodities*, como a cana, a soja, o milho, os minérios, as carnes, dentre outros, é uma atividade importante da economia brasileira e responde por 27% do Produto Interno Bruto (PIB).

Como afirma SANT'ANA (2014, p.264), “*os capitais industriais e financeiros de diversas partes do mundo se mesclam à agricultura para retirar dos trabalhadores mais trabalho e, da terra, rendas exorbitantes*”.

Quando se fala de terra se fala de pessoas, de controle dos bens naturais, de desenvolvimento econômico, social e cultural. A terra é a expressão de uma sociedade, e esses números refletem o grau da desigualdade e da injustiça desenvolvidas por mais de cinco séculos de história do Brasil. (Dossiê 27 – Reforma Agrária Popular e a luta pela terra no Brasil, 2020, p. 3)

Na segunda metade do século XX, a opção do Estado brasileiro para a modernização da agricultura foi promover o que se convencionou chamar de Revolução Verde, na qual a hegemonia do capital foi o grande norteador de todo o processo. Essa proposta de modernização agrícola ocorre em função da ambiência política da guerra fria e do fantasma do comunismo que assombrava os países capitalistas.

A Revolução Verde<sup>5</sup> concretiza o modelo hegemônico de agricultura vigente até os dias atuais, revelando na realidade a hegemonia do capital, por meio do agronegócio (Dossiê 27 – Reforma Agrária Popular e a luta pela terra no Brasil, 2020, p. 3). A Revolução Verde surgiu em um momento em que o país enfrentava uma ditadura empresarial-militar, a qual trouxe os ideais modernizadores propagados como desenvolvimento para o campo por meio de novas tecnologias, adubos químicos, sementes transgênicas, agrotóxicos e máquinas agrícolas, a fim de facilitar a produção, o cultivo e o manejo de alimentos para seres humanos.

Segundo Sant'Ana e Masson (2018), na verdade, a ditadura efetivou diversas

---

5Na realidade, a Revolução Verde tinha duas funções: 1- se contrapor à revolução vermelha comunista que acontecia da Rússia, China e Cuba; 2- utilizar os restos dos armamentos químicos da guerra na agricultura, durante o período da chamada guerra fria e para justificar tal uso, foi imprescindível o debate realizado pela ONU sobre o combate à fome.

políticas agrícolas que promoveram o avanço do capitalismo no campo. Isto trouxe impactos sociais e ambientais irreparáveis à medida que favoreceu um modelo de agricultura concentrador da propriedade, baseado em monoculturas e com utilização intensiva de veneno – agrotóxicos. As autoras evidenciam também como essa forma de produzir é totalmente oposta ao funcionamento natural da biodiversidade, causando desequilíbrios severos que são controlados artificialmente, o que trouxe ao Brasil o título de um dos maiores consumidores de agrotóxico do mundo. Esta moderna agricultura capitalista, já nos 2000 ganhou o nome fantasia de agronegócio.

Deterioração das condições sociais, êxodo rural, prejuízos à saúde, concentração fundiária e de renda, marginalização da população rural, envenenamento do ecossistema por agrotóxicos, diminuição da biodiversidade e da biomassa, são alguns dos elevados custos sociais, econômicos e ambientais provocados pela Revolução Verde no país. (ANDRADES; GANIMI, 2007, p. 54-55).

No Brasil, a luta pela redemocratização da terra sempre foi e permanece violenta. Segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), os assassinatos no campo aumentaram em 2021, 94,5% em relação a 2020, uma vez que os conflitos por terra acontecem cotidianamente contra assentamentos, acampamentos, terras indígenas, ribeirinhas e quilombolas. Esses movimentos, como o MST, se organizam e lutam por uma reforma agrária popular e por políticas agrícolas para pequenos produtores, contrapondo os ideais trazidos pela Revolução Verde, ao mesmo tempo que lutam por suas vidas.

O MST possui grande expressão nacional. Surgiu em 1984, no 1º Encontro Nacional no Paraná, e já em 1985 em seu 1º Congresso Nacional construíram seus lemas “Terra para quem nela trabalha” e “Ocupação é a Única Solução”. Constitui-se

com base em três objetivos centrais que perduram até hoje: a luta pela terra, por reforma agrária e por transformação social. A primeira diz respeito à luta imediata, à necessidade do sujeito conquistar um pedaço de chão; a segunda se refere a uma política de Estado, já que sem ela não se consegue manter nem realizar de forma massiva a conquista pela terra; e a terceira carrega em si o viés ideológico, como a necessidade de remodelar as relações de poder na sociedade. (Dossiê 27 – Reforma Agrária Popular e a luta pela terra no Brasil, 2020, p. 11-12)

As mobilizações populares, o surgimento e as lutas promovidas pelos movimentos sociais e, em especial o MST contribuíram para a aprovação dos artigos 184 e 186 da Constituição federal de 1988 que discorrem sobre função social e desapropriação de terras. A partir dessa conquista, as ocupações de terra passaram a ser um instrumento de instauração do conflito por parte dos sem terras e, posterior redistribuição de terras por parte do Estado; mas nem mesmo a previsão constitucional retirou as marcas da violência da luta pela terra e a maior evidência disso são os dois maiores massacres ocorridos na segunda

metade do século 20: Corumbiara (1995), em Rondônia, e Eldorado dos Carajás (1996), no Pará.

Em todo o país, muitas marchas foram puxadas pelo MST e obtiveram muitos avanços na luta pela terra,

Após dezesseis anos de existência, o MST já tinha atuação em 23 estados, 1,5 milhão de pessoas, 350 mil famílias assentadas e 100 mil vivendo em acampamentos. Foram construídas associações de produção, comercialização e serviços, além de cooperativas associadas e de agroindustrialização. No setor de educação no ano 2000 o MST já contava com 1500 escolas públicas nos assentamentos, 150 mil crianças matriculadas e cerca de 3500 professores em escolas onde se desenvolve uma pedagogia específica para o campo. (MST, 2022)

De acordo com o MST (2022), a partir deste início de século, o avanço do agronegócio e do capital estrangeiro em terras brasileiras deixaram evidente que havia dois modelos de sociedade e de produção em disputa. A partir desta leitura, o Movimento nos 5º e 6º Congressos Nacionais ocorridos, respectivamente, nos anos de 2007 e 2014 colocam em pauta o tema da reforma agrária e soberania popular, demarcando que possuem um projeto de nação. Destacam que a luta contra as transnacionais, agrotóxicos, transgênicos e a superexploração de recursos naturais são essenciais. Ao trazer estes temas para a pauta política, evidenciam a necessidade da sociedade como um todo, campo e cidade, lutar para se ter alimentos saudáveis e diversos, soberania alimentar, segurança alimentar, conservação da natureza, agroecologia, trabalho e terra para produzir e morar.

### **3 SUJEITOS EM MOVIMENTO: análise das entrevistas**

Neste item trazemos um pouco do rico material coletado nas pesquisas <sup>6</sup>realizadas junto às duas lideranças do MST<sup>7</sup>. Não iremos caracterizar os dados pessoais e familiares dos entrevistados, pois estes são figuras públicas e, em tempos de avanço da criminalização dos sujeitos que lutam e resistem, evitamos apresentar referências mais fáceis de identificá-los. Serão nomeados por nomes fictícios (Lampião e Maria Bonita) e mencionaremos apenas a idade: ele tem 74 anos e ela 45. Ambos são assentados da reforma agrária em diferentes projetos e estão na região de Franca e Ribeirão Preto, interior

---

<sup>6</sup>A coleta de dados, conforme mencionado em nossa introdução, se deu em dois projetos diferentes, um realizado em 2018/9 e outro em 2022 e, as autoras deste artigo participaram de uma ou das duas pesquisas.

<sup>7</sup>Cabe notar que na metodologia de história oral que utilizamos optamos por registrar a fala do e da entrevistada tal qual se apresentam, não fizemos correções de português ou adequações gramaticais, a proposta é justamente registrar a forma como essas lideranças se expressam e que, em si, dizem muito da história do Brasil, ocasionalmente, para facilitar a compressão agregamos alguma explicação ou palavra, sempre dentro de colchetes.

do estado de São Paulo. Lampião é da direção estadual e Maria Bonita da direção nacional do MST.

Para trabalhar o material coletado nas entrevistas, destacamos aqui 4 categorias de análise: 1- as trajetórias de vida e o encontro com o MST; 2- O significado da terra: conquista individual e coletiva; 3- As alternativas para produzir e se reproduzir nos lotes em sintonia com a natureza. 4- O assentamento como alternativa de vida e trabalho para os/as trabalhadores/as

#### 1- As trajetórias de vida e o encontro com o movimento social.

Com trajetórias muito diversas, os sujeitos dessa pesquisa têm em comum serem grandes lideranças do movimento sem-terra e serem assentados da reforma agrária no estado de São Paulo.

Ele nasceu no interior do Ceará, desde cedo experimentou as agruras que os camponeses sempre passaram neste país ao trabalharem em terra alheia.

E nois morava nessa fazenda e nois pagava a renda de 4 para 1. Quer dizer, 4 arroba de algodão que meu pai colhia 1 era do patrão. E patrão, o seguinte, naquela época ele tirava – lembro bem que ele tirava – , o dinheiro no banco a 1% ao ano e emprestava a nois a 3%. Agora o caderno era dele, a caneta era dele, ele que somava, ele que pesava, e ele que descontava quem devia e quem não devia, né. E as vez, muitas vezes, chegava o final do ano quando a gente pesava o algodão, as vezes não sobrava dinheiro nem pra gente comprar uma muda de roupa. E eu vim calçar sapato com 17 ano, primeiro sapato que eu pus no meu pé foi um sapato usado com 17 ano. Eu sei que essa questão, por exemplo, do, das rendas nas fazendas né, agora ele tirava o dinheiro do banco a 1,5% e emprestava a nois a 3%, mas nois não pegava dinheiro, meu pai não pegava dinheiro, meu pai pegava rapadura que ele comprava nos depósitos que tinha lá e mandava pra gente: fubá, que era farinha, o fubá de milho né, pra fazer o cuscuz né, e o feijão, que muitas vezes a gente não tinha o feijão, ele mandava né. E nisso a gente passô 15 ano morando nessa fazenda com umas dificuldade muito grande. Num passava de três mudas de roupa cada um de nois né, quando alguns de nós tinha.” (LAMPIÃO, acervo da pesquisa, 2019)

Na trajetória dos dois militantes, é nítida a influência da ambiência política da década de 1980 para a formação política; em espaços diversos, em diferentes regiões do país, ambos participaram de movimentos mais amplos que lhes permitiram adquirir consciência crítica e engajar-se em lutas coletivas.

Lampião, o oitavo filho de uma prole numerosa de 12 irmãos, saiu de casa com 17 anos para tentar melhorar as condições de vida. Mudou-se para São Paulo e trabalhou um tempo como operário. Depois de um período, ele volta para o nordeste para se casar e buscar sua companheira. Quando retornam para São Paulo ele propõe para a esposa seguirem para o Acre para tentar a vida por lá. Ela aceita e o jovem casal se instala numa cidade próxima a



Xapuri. Lá ele começa a participar das lutas dos seringueiros junto com Chico Mendes e travam muito “empates<sup>8</sup>” para defender a floresta e os seringais. Neste tempo, ele ouve Chico Mendes falar do MST, mas só depois, na década de 1990, quando ocupa a terra que hoje ele mora como assentado é que conhece o MST. Quando Chico é assassinado em 1988, Lampião percebe que poderia ser o próximo a morrer e volta para São Paulo. Os seus contatos com o movimento sindical, com os sindicalistas, fez com que conseguisse um trabalho em Franca. Ele vai para o interior ajudar na organização dos sapateiros da Região. O assentamento que ele mora é resultado de uma ocupação de terras promovida pelo sindicato. Ao chegar na ocupação, ele foi se inserindo na luta coletiva e durante o processo, foi assumindo uma posição de liderança política, o que o levou a compor o movimento em nível estadual. segundo o seu depoimento, foi no Movimento que ele completou sua formação política iniciada na década anterior com o Chico e outros companheiros do Acre.

Já Maria Bonita nasceu na periferia de São Paulo e foi criada pela mãe solo que sustentava as duas filhas com o trabalho de merendeira em escolas públicas. A mãe foi vítima de violência doméstica e isto marcou a sua infância e sua vida, pois foram experiências bem traumáticas que ela só conseguiu elaborar melhor depois, quando teve contato com o feminismo e quando se tornou ela própria mãe. Sua família era muito religiosa e eram membros da igreja católica. Nos anos de 1980, teve contato com a teologia da libertação e com as comunidades eclesiais de base. Este foi um espaço muito ativo, de formação política onde debatiam a questão agrária e a América latina. A inserção na militância se deu na comunidade eclesial de base junto com um grupo de freiras que desenvolviam trabalhos em uma favela. Também contribuiu para esta formação os núcleos de partidos políticos de esquerda que, naquela época, funcionam nas periferias urbanas; no bairro dela era o Partido Comunistas do Brasil (PCdoB) e lá ela teve oportunidade de fazer cursos de formação, ler textos sobre comunismo e outras literaturas críticas. Além disso, participava do grupo de jovens que desenvolvia diversas ações no bairro. Começou a trabalhar como balconista com 12 anos e, graças a um professor de história que a orientou e incentivou, conseguiu fazer o ensino médio com bolsa no Centro Específicos de Formação e Aperfeiçoamento do magistério (CEFAM). A proposta da escola era bastante inovadora e lá ela teve contato com o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA), com Paulo Freire e, acampamentos e assentamentos do MST. Foi assim que ela conheceu o Movimento e, depois, na faculdade – fez pedagogia na Unesp –, conheceu outros

---

<sup>8</sup>Embates era o nome dado às tentativas pacíficas e coletivas dos seringueiros de evitar o desmatamento, eles iam até o local onde o desmate estava acontecendo e tentavam dialogar com os trabalhadores que executavam a tarefa ou mesmo com aqueles que coordenavam no intuito de suspender os trabalhos.

assentamentos e se engajou na luta:

Em 97 eu (...) comecei a participar é... um pouco mais organicamente no setor de educação do MST, porque enfim, eu entendi logo né, que esse negócio de só ir visitar e tal, era legal pra mim, mas deixava muito pouco pro movimento, né. Então eu também começava a me questionar assim, enfim, qual era a contribuição que eu poderia dar né, é até em retribuição, porque desde 93 eu ia visitar áreas do assentamento todo mundo me recebia super bem, mas eu falava, e a minha contribuição né?! [...] Aí em 97 começou a ter uma abertura maior pra eu poder participar, é, organicamente do setor de educação do MST né, é a princípio sim um pouco nessa ideia de “ah é uma pedagoga tal, vai podê ajudar na parte técnica né” um pouco essa pegada né\* [risos]. [...] Consegui é terminar né, ali a faculdade e depois ingressar organicamente no movimento que já tinha uma expectativa forte de estar atuando no setor de educação, então logo né que eu me formei, nenezinha no colo, Dandara <sup>9</sup>né, minha primeira filha, aí junto com esse companheiro, com qual eu vivi por 11 anos, a gente foi pra região do Vale do Paraíba... a gente foi morar numa... é.. num... num lote cedido né, provisório de um outro assentado né, fizemos dali uma.. uma habitação, um barraco, e ficamos acompanhando a regional né. (MARIA BONITA, acervo da pesquisa, 2022)

Em 1999 ela veio organizar o movimento na região de Franca e Ribeirão Preto e durante anos coordenou, junto com outros companheiros e companheiras, a luta pela terra na região onde construíram diversos acampamentos e assentamentos, viabilizaram o Centro de Formação dom Hélder Câmara e diversas outras ações e projetos. Hoje é assentada em dos assentamentos da região, ela só passou a assumir responsabilidades no movimento depois que se separou e que suas filhas cresceram, mas isto será discutido posteriormente.

Importante observar que as trajetórias dessas duas lideranças refletem um movimento acerca da vida no campo que está sendo sistematizado em várias pesquisas. Lampião movimenta toda sua vida para ter um pedaço de terra, seu grande sonho era plantar, cultivar, tirar seu sustento da terra, desse desejo, a luta pela terra, nasce todo seu processo de organização e luta, já que o acesso e a permanência na terra é muito difícil para quem nasce trabalhador. Já Maria Bonita se encontra com a luta pela terra a partir de sua inserção universitária e do acompanhamento das ações do MST, ela representa um movimento de recampesinação que é um dos fatores pelos quais a população que vive da terra segue existindo na história.

2- As alternativas para produzir e se reproduzir nos lotes de terra respeitando a natureza.

Os estudos (Monedese e Sant’Ana, 2019; Sóglio e Kubo, 2016) sobre a agricultura camponesa e agroecológica, evidenciam uma outra forma de lidar com a terra, a biodiversidade presente nas propriedades, via de regra, resultado da pluriatividade na produção e do convívio respeitoso com a natureza, próprio da agroecologia.

---

<sup>9</sup>Na mesma linha de modificação de nomes dos/as entrevistados/as modificamos os nomes de seus familiares e das pessoas que eventualmente apareçam nomeadas nas entrevistas.

O entrevistado vai evidenciando isto com altivez ao mostrar seu lote enquanto realizava as gravações, ressalta como de início encontrou uma terra enfraquecida, que devagarinho foi ganhando Vida e nutrientes:

“Primeira planta que eu fiz aqui eu plantei uns milho, e a terra bonita, eu digo ‘não, isso aqui não tem jeito não, dá milho! né?!’, mas como a terra ela não tava corrigida, né, com calcário, com o que deveria corrigir, com matérias orgânicas, né. E aí o milho ficou amarelinho, parece que tava com malária, né. Aí acabou naquilo ali. Aí eu fui incorporando algumas matérias orgânicas e foi plantando. Essas árvores que vocês estão vendo aí foi tudo plantada por mim aqui.(...). Fiz um barraquinho ali, chupei uma manga nasceu aquele pé de manga. (...) E aí essas árvores que vocês tão vendo aqui, essas árvores teve umas aí que eu já trouxe até a muda, quando eu vim para cá já trouxe a muda e eu falava pras pessoas ‘gente planta fruta, planta árvore, planta fruta’ isso nós ainda tava acampado lá embaixo, viu? E aí, é tanto que eu comecei a plantar esses abacate, que se eu catava lavagem para dar aos porcos lá em Franca e achava os caroço dentro da lavagem e fui semeando lá nos balde e quando eu vim para cá já trouxe a muda já grande e hoje eu tô aí comendo abacate, vendendo abacate, né, e abacate se perdendo, tá certo?! Então para mim já é uma conquista isso aí, né, ter uma quantidade de abacate dessa produzindo. E aí por sorte minha também eu inventei de plantar umas acerola e o ITESP <sup>10</sup>doou umas mudas na época, né, doou umas mudas eu fui plantando e hoje, graças a Deus, é uma das minhas lavouras forte e a minha produção forte é acerola. Aqui tem acerola. Aqui para trás é acerola, é graviola, é abacate, é manga, tem limão, tem laranja e mais o quê? Tem até cajá, cajá. [...]” (LAMPPIÃO, acervo da pesquisa, 2019)

Junto com as plantas, vem os passarinhos, sempre com bom humor, ele descreve a chegada dos pássaros:

“Pois é, é uma beleza, né. Porque os passarinhos aqui (...) nossa região aqui não, os passarinhos não foram adaptado pra chupar cana, né. Porque só tinha cana, né... Aqui era cana e eucalipto. Então aqui era difícil ver um passarinho! Lá embaixo ainda tinha umas avezinha, cê ainda conseguia ver. Mas aqui em cima era difícil, eu lembro muito bem. Quando eu comecei a plantar alguma coisa aqui, que começou a fazer aquele barraco ali, comecei a andar aqui aí apareceu um casalzinho de pardal, depois um casalzinho daquelas rolinhazinha que chama lá no nordeste, chama rolinha cascavel, né. Que ela tem umas malhazinha, né. Mas é que o pessoal chama “fogo apagou”, né. E aí apareceu esse casal, daí a pouco foi aparecendo canário, pessoal foi trazendo canário de fora e botando aqui, aí hoje a gente encontra canário, de vez em quando aparece eles aqui comendo milho no terreiro, quirera, né. E o mais outros passarinhos, a gralha nem se fala que essa aí é terrível, né! Ela se alimenta com ovos dos outros bichos que acha, né, dos outros pássaro, né. E aí tinha bastante, mas aí agora apareceu muito, tem muitas aves aqui: pomba de banda, asa branca, e tem muito passarinho tem o periquito, tem a maritaca... Você planta o milho aqui, se você deixar o milho lá no.. no... Tem que ser muito. porque se for pouco elas dão conta.” (LAMPPIÃO, acervo da pesquisa, 2019)

Maria Bonita está assentada num assentamento que é referência nacional em

---

10“A Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo – “José Gomes da Silva” – (ITESP) está vinculada à Secretaria da Justiça e Cidadania e atualmente é o órgão responsável pelo planejamento e execução das políticas agrária e fundiária do estado de São Paulo.( Itesp, on line. 2022)

---

agroecologia. Por estar liberada para o trabalho de organização do movimento, o que faz com que ela tenha menos tempo para cultivar o lote. Ocorre que no Movimento e, em especial, neste assentamento, o trabalho coletivo acaba por contribuir para que ela consiga manter seu lote com a ajuda de outros/as companheiros/as. Mas a família também vai construindo alternativas: uma de suas filhas extrai essência de plantas que cultiva ou que são nativas do assentamento como o alecrim do campo, a mãe planta diversos produtos cujo manejo é mais fácil de fazer como abóbora, milho e etc.

aqui tem um esquema legal né, de cooperativa né, de cooperação, (...) eu faço parte né da coletividade da brigada Ana Primavesi que junta também a produção (...) do pessoal do acampamento, do assentamento, (...) a essência da cooperação é isso né, você não precisa pensar que precisa de um monte de coisa. (MARIA BONITA, acervo da pesquisa, 2022)

Uma ação muito importante dos movimentos sociais que lutam pela transformação social é nomear brigadas, lugares, ações com nomes de lutadores e lutadoras sociais. A brigada agroecológica mencionada, por exemplo, tem o nome de um dos grandes nomes da agroecologia Ana Primavesi que é uma referência e pioneira em estudos sobre saúde do solo, além de diversos outros conhecimentos em agroecologia registrados em seus livros.

### 3- O assentamento como alternativa de vida e trabalho para os trabalhadores/as

A política pública de reforma agrária viabiliza o acesso à terra, moradia e trabalho e com isto os assentados passam a produzir alimentos e, ao mesmo tempo, consumir diversos produtos e, com isto, dinamizam o entorno onde estão instalados. Isto é algo reconhecido inclusive em documentos oficiais como no II Plano Nacional de Reforma Agrária lançado em 2003: *“a criação dos assentamentos como novas unidades produtivas e de moradia promoveu transformações de ordem econômica, política e social tanto na população beneficiária como na região e nas instituições locais”* (II PNRA, 2003, 9).

Lampião fala da produção, mas toca em algo essencial: o assentamento como alternativa digna de vida para as famílias, como forma de ocupação da terra e de prevenção às situações de desamparo vivenciadas quando não se tem trabalho e moradia:

Mas, isso aí são coisas que a gente vai conquistando ao longo do tempo, né! E aí hoje aqui nois tem também uma agricultura bastante avançada na questão, por exemplo, o café. Nois já tem aproximadamente aqui dentro um milhão de pé de café plantado. Pra nois é muito bom, que pessoal tem muita ... investe, né, depois tem um retorno na colheita. Nois tem a hortaliça, temos uns companheiro aí que trabalha a questão das horta, né! E fora a criação de gado, né, que deve ter umas duas mil cabeça esparramada por aí, né. Isso pra nois, se a gente sube avalia tudo essas questões, é muito importante; aí a gente cada vez mais defende a questão da Reforma Agrária!

Pelo fato de que: se isso aqui fosse uma fazenda, que ficasse a disposição da usina prantá cana, teria quantas pessoa morando ou cuidando disso aqui? Pouquíssimas pessoa! E que nois não tivesse aqui, nois taria lá na cidade. Eu com uma posentadoria de um salário mínimo, eu ia dá pra mim sobreviver? Eu ia tê que pula, catá uma latinha ou pegá um carro de picolé saí vendendo. É ia fazer essas coisas, né. E aí, tá aí, nois tem cento e sessenta família. Um bucado trabalha aqui, outros espirra pra cidade. E aí fica... mas, o importante que não tem só as cento e sessenta família, tem mais, né! Nois tem aproximadamente... se for pegar todos os habitante que tá aqui dentro, fica entorno de uns seiscentos a setecentos pessoa. Isso se não tivesse aqui dentro taria na cidade aumentando o causo social, a questão social da cidade. Por isso, que a Reforma Agrária é importante! Isso o mais importante também, é a comida que sai daqui; uma salsinha, uma cebulinha, uma banana, uma abacaxi, uma acerola, uma mandioca, um feijão, né, um ovo caipira, uma carne de porco. E tudo pra nois é motivo de cada vez mais garanti nossa sobrevivência! (LAMPIÃO, acervo da pesquisa, 2019)

Maria Bonita mostra na prática como a vida em coletividade no Movimento permitiu a ela cuidar, como mãe solo, depois da separação, de quatro filhas pequenas e não passar necessidade. Depois, quando as filhas cresceram, ela já assentada pela política pública de reforma agrária, conseguiu cuidar do pai idoso e trouxe também sua mãe para morar no lote. Aliás, informa a dirigente, a mãe estava com depressão e veio morar com ela; no contato com a terra e com a vida no assentamento, recuperou a saúde e agora segue vivendo na “casa das mulheres”, como fala Maria Bonita.

Por 10 anos eu tive 4 filhas \*risos\*, então ou eu estava grávida ou estava amamentando né, e a minha.. é... é... participação no movimento ela era uma participação regional né, eu ficava muito atendida com as questões do movimento, mas eu participava regionalmente né, até mesmo porque eu não tinha condições[...] então as viagens foram diminuindo né, e quarta filha, então tá, enfim né, aí fui ficando mais regionalmente né” [...] Em 2014 mais ou menos, é o meu pai veio morar comigo né, isso porque aquele pai né, que tinha nos abandonado lá no passado \*risos\*, é... tava numa situação terrível. [...]enfim, aí fui cuidar do meu pai né, primeiro conhecer o meu pai né, porque a gente se separou eu tinha... quando ele se separou da minha mãe eu tinha 4 anos né, então pouca memória dele e tal né, então é conhecer o meu pai [...] Lá pra 2014/2015, a minha mãe adoeceu né, minha mãe que era separada dele já de muitos anos, mas a minha mãe que morava em São Paulo ela adoeceu, ela tava assim né, minha mãe que é super forte e tal tipo, quer me conhecer conhece minha mãe né, toda... a minha fonte vem da minha mãe, assim uma pessoa que trabalha né, que tem aquele pique todo, só que a mãe adoeceu né, e adoeceu assim né tomava remédio pra dormir, remédio pra acordar e não sei o que, assim que se aposentou né. [...] então ela adoeceu e falou “olha eu... eu to..., não to legal, eu comecei a entrar numa onda forte ai de depressão, então tô, tô indo aí, vou morar com vocês. (MARIA BONITA, acervo da pesquisa, 2022)

E no papel de cuidadora, Maria Bonita cuidou das filhas, do pai e da mãe. Ela ficou quase 20 anos desenvolvendo ações apenas de cunho regional e, só assumiu cargos em âmbito nacional, quando as filhas cresceram, o pai faleceu e a mãe ficou completamente recuperada da depressão e hoje trabalha no lote. A partir de então, ela passa a assumir tarefas estaduais e depois nacionais do Movimento.

“Aí veio uma pandemia nas nossas vidas, não é verdade?! E aí aqui a galinha mor trouxe todos os pintinhos para perto né, para minha felicidade total né, então desde o começo da pandemia dei um jeito “oh todo mundo vem pra cá e tal” aí veio né, é... veio duas namoradas de duas filhas também, então nós ficamos a super casa das mulheres né [...]” (MARIA BONITA, acervo da pesquisa, 2022)

É importante destacar que Maria Bonita é uma liderança extremamente preparada do ponto de vista teórico e político. Ela é doutora em ciências sociais, e tem uma capacidade de articulação muito grande; consegue coordenar diversas ações e projetos ao mesmo tempo e com grande desenvoltura. Ainda assim, somente depois de que as filhas cresceram ela pode assumir posições de liderança dentro do Movimento. Isto evidencia que apesar do Movimento ter uma política de fortalecimento das mulheres e incentivo a participação destas em cargos de liderança, ainda assim, as atribuições do feminino que marcam os papéis de gênero na sociabilidade, perpassam o cotidiano das mulheres militantes em especial o papel de cuidadoras dos filhos e dos doentes.

Lampião também tem uma capacidade incrível teórico-política, de liderança e de mobilização para a luta que ele adquiriu na lida diária com a terra e nos movimentos de organização social, o que demonstra que a organização popular também forma política e teoricamente, assim como a universidade.

Destacamos ainda a importância do que disse Lampião sobre a vida no assentamento. A reforma agrária é uma alternativa para os trabalhadores, para evitar as situações de desemprego e desamparo tão recorrentes em nossa sociedade; para evitar aquilo que no serviço social nominamos com as refrações da questão social, frutos da extrema desigualdade vigente. A reforma agrária constrói alternativas para o campo e para a cidade, pois é um território onde a vida e o trabalho ganham novas dimensões e a produção de alimentos fortalece o combate à fome e a insegurança alimentar.

### **Considerações Finais**

A questão agrária no Brasil por sua gravidade e complexidade é uma das expressões mais contundentes da luta de classes e, os movimentos sociais rurais protagonizam a resistência estabelecendo o embate com o modelo capitalista de agricultura, o qual promove a destruição da natureza e produz *commodities* e não alimentos, num país marcado pela fome e desigualdade.

Os movimentos sociais rurais e, em especial o MST propõe uma outra forma de lidar com a terra, com o alimento, defendem a soberania e a reforma agrária popular, daí o fato de serem violentamente atacados pela classe e pela ideologia dominantes.

Este trabalho, ao ouvir as lideranças desse movimento social, coloca em pauta a necessidade do serviço social aproximar-se do debate da questão agrária e, em especial, da reforma agrária e dos sujeitos que compõem a resistência no campo.

O serviço social brasileiro há 40 anos vem construindo um arcabouço teórico metodológico fundamental no sentido de dar um direcionamento ideo-político à profissão numa perspectiva crítica, alinhada às lutas e demandas dos trabalhadores e dos movimentos sociais.

Ao registrar os posicionamentos, refletir teoricamente a partir das informações e relatos dos militantes sociais integrantes dos movimentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), tivemos o intuito de contribuir para uma maior aproximação da categoria profissional com o debate da questão agrária e dos movimentos sociais rurais.

O serviço social atua fundamentalmente na elaboração, execução e avaliação de políticas públicas, seja com vínculo empregatício com os poderes municipais, estaduais ou federais, seja em espaços não governamentais ou empresariais. A profissão tem um histórico de defesa e diálogo com os movimentos sociais, porém, isso não reverbera em um trabalho cotidiano do/a profissional junto aos movimentos sociais, seja na atuação direta, compondo assessorias ou ocupando postos de trabalho junto aos movimentos, ou incorporando por meio da apreensão da dimensão política da profissão (IAMAMOTO, 1997) a necessária articulação cotidiana com os movimentos sociais classistas que lutam pela transformação da sociedade ainda que muitos profissionais possam militar em movimentos sociais, poucos atuam com vínculos em entidades e organizações diretamente vinculadas a estes.

Ao se aproximar dos sujeitos que compõem as lutas sociais, ampliam-se as possibilidades dos/as profissionais de serviço social se aproximarem também da questão agrária a partir de seus determinantes e não apenas por meio de suas refrações. Ao identificar a concentração fundiária, ao discutir a reforma agrária como política pública, a destrutividades desse modelo de produção, a importância dos movimentos sociais, os/as assistentes sociais podem alargar as possibilidades e entendimentos da questão social em seu cotidiano de trabalho, incluindo nas suas análises as particularidades da realidade agrária e a força das lutas realizadas pelos movimentos sociais rurais.

## **Referências**

ANDRADES, Thiago Oliveira de; GANIMI, Rosângela Nasser. Revolução Verde e a

Apropriação Capitalista. **CES Revista Juiz de Fora**, 2007. Disponível em: <<https://silo.tips/download/revoluao-verde-e-a-apropriacao-capitalista>>. Acesso em: 10 ago. 2022. p. 54-55.

BALDUÍNO, Centro de Documentação Tomás. Conflitos no campo: Brasil 2021. CPT Nacional, Goiânia, 269 p, 2022. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/downlods?task=download.send&id=14271&catid=41&m=0>. Acesso em: 31 ago. 2022.

BRASIL. II Plano Nacional de Reforma Agrária. Brasília. 2003. Disponível em [http://www.dhnet.org.br/dados/pp/a\\_pdfdht/plano\\_nac\\_reforma\\_agraria\\_2.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/pp/a_pdfdht/plano_nac_reforma_agraria_2.pdf). Acesso em 22 de agosto de 2022.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Código de Ética do/a Assistente social (Lei 8662/93) .10ª edição atualizada. Brasília. 2011. Disponível em [https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf). Acesso em 20 de agosto de 2022.

Dossiê 27 – Reforma Agrária Popular e a luta pela terra no Brasil. A Reforma Agrária Popular e Luta Pela Terra no Brasil. Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. Abril de 2020. Disponível em: [https://www.thetricontinental.org/wp-content/uploads/2020/04/20200328\\_Dossier-27\\_PT\\_Web.pdf](https://www.thetricontinental.org/wp-content/uploads/2020/04/20200328_Dossier-27_PT_Web.pdf). Acesso em: 10 ago. 2022.

FUNDAÇÃO ITESP, INSTITUTO DE TERRAS. Quem somos. Disponível em [https://www.itesp.sp.gov.br/?page\\_id=786](https://www.itesp.sp.gov.br/?page_id=786). acesso em 31 de agosto de 2022.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social** – ensaios críticos. 4.ed. São Paulo: Cortez, 1997.

MODENESE, V. S.; **SANT´ANA, A. L.** Diversificação produtiva e de comercialização de agricultores familiares assentados de Mirandópolis (SP): contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos. Revista de economia e sociologia rural. , v.57, p.636 - 655, 2019. Disponível em <https://www.scielo.br/j/resr/a/x7YcM7gGZjJhnkZDMQbJvXf/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 de agosto de 2022.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia**.12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

REDEPESSAN. Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. 2021. Disponível em <[http://olheparaafome.com.br/VIGISAN\\_inseguranca\\_alimentar.pdf](http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_inseguranca_alimentar.pdf)> Acesso em 23 mar. 2022.



SANT'ANA, Raquel Santos. A realidade agrária e o trabalho do assistente social na interface com os assentamentos rurais. In: **Movimentos Sociais e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2014.

SANT'ANA, Raquel Santos; MASSON, Gabriela Abrahão. Serviço Social e questão agrária: um debate necessário ao fortalecimento da direção crítica do projeto ético-político profissional. **SERV.SOC. REV.,LONDRINA**, V. 21, N.1, P. 195-216, JUL. /DEZ. 2018.

sem autor: O MST: nossa história. **MST**, 2022. Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/inicio/>. Acesso em: 10 ago. 2022.

SOGLIO, Fábio Dal, KUBO, Rumi, Regina( Orgs). **Desenvolvimento, agricultura e sustentabilidade**. SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. 206 p. Disponível em <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad105.pdf>. Acesso em 30 de agosto de 2022.

STEDILE, João Pedro (org). **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500 – 1960**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX. Relatório de Pesquisa, 2019.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX. Relatório de Pesquisa, 2022.

,

,